

Brazil Made In USA

ALCIDA RITA RAMOS

Uma das inquietações que temos, etnólogos que trabalham com sociedades indígenas, é a possibilidade de um dia vermos nossos escritos serem avaliados pelos nossos “objetos” de pesquisa, como, aliás, acontece na África e nos Estados Unidos, para desconforto da profissão antropológica.

Foi sentindo-me um pouco na posição de um africano ou de um índio norte-americano que li *Brazil, Anthropological Perspectives*. Apesar das boas contribuições do livro, o *Brazil* aí apresentado é um Brasil estrangeiro, por vezes visto com lentes folclóricas, por vezes com lentes românticas, ou, simplesmente, fora de foco.

A intenção dos organizadores e contribuintes deste volume é duplamente louvável: primeiro, porque com ele prestam homenagem a seu antigo professor e colega, Charles Wagley, cuja influência acadêmica nos Estados Unidos é testemunhada pela própria existência deste livro; segundo, porque os autores se esforçam por descrever e analisar várias facetas da realidade brasileira, às quais quase todos eles estiveram diretamente expostos. Porém, por mais admirável que seja essa segunda intenção, seria esperar demais encontrar-se análises intensivas ou extensivas que fizessem jus à complexidade de um país como o Brasil, dentro dos limites físicos de um único volume. Seria assim como esperar que, em pouco mais de 400 páginas, se pudesse ter uma visão compreensiva, passada e presente, da realidade americana. Seria, poderíamos dizer, missão impossível.

* Margolis, Maxime L. e William E. Carter (organizadores). *Brazil, Anthropological Perspectives. Essays in Honor of Charles Wagley*. Nova York: Columbia University Press, 1979; xii + 443 p.

O livro consta de uma introdução e dezoito capítulos escritos por vinte autores além de um prefácio e várias apresentações curtas dos organizadores no decorrer do volume. Os dezoito capítulos estão distribuídos em quatro partes, segundo as abordagens analíticas utilizadas: estudos que lançam mão da dimensão histórica; da dimensão ecológica; de estrutura social e de organização política. Ao todo, temos onze capítulos dedicados à sociedade brasileira (sete estudos rurais, três urbanos, além da visão de Wagley sobre o Brasil como um todo) e oito dedicados à etnologia indígena, um dos quais em arqueologia. Essa divisão do livro, incluindo em cada parte estudos sobre populações indígenas, populações regionais rurais e urbanas, contribui para a fragmentação do conjunto, o que resulta na impressão de que as várias contribuições não chegam a se somar numa perspectiva coerente sobre o país.

Embora tenhamos a participação de três brasileiros na coletânea (Eduardo Galvão com o estudo de contato interétnico no alto Rio Negro, Thales de Azevedo com o de imigrantes europeus no sul do Brasil e Florestan Fernandes com uma análise da situação do negro no Brasil), o tom do volume é dado pelos autores americanos. É sobre a contribuição destes que quero comentar.

Como na maioria das coletâneas deste tipo, não é surpresa encontrar-se um desnível considerável na qualidade das contribuições. Numa grande proporção dos trabalhos, os autores contentam-se em ficar no plano descritivo. Outros parecem apresentar apenas impressões captadas durante uma estada aparentemente curta no país. Exceções felizes são os artigos de Margolis, comparando o processo de devastação ecológica no avanço da cultura do café no Brasil e do algodão nos Estados Unidos e o de Forman e Riegelhaupt, comparando o processo político-eleitoral do Brasil e de Portugal nos últimos cem anos. Nesses dois trabalhos, vemos a preocupação dos autores em levar a análise a níveis que ultrapassam o meramente local, o anedótico a imediato, num esforço de compreender a totalidade social da qual fazem parte os casos específicos estudados. Margolis vê nas demandas do mercado capitalista a força motriz responsável pelo avanço predatório de fronteiras agrícolas. Forman e Riegelhaupt procuram ligar as situações específicas da patronagem no Brasil e em Portugal à realidade político-econômica mais abrangente em que se inserem os dois países.

No campo da etnologia, os artigos de Thomas Gregor sobre a função de atividades masculinas secretas na sociedade Mehinaku e de Daniel Gross propondo uma interpretação ecoló-

gica para o cerimonialismo das sociedades indígenas do Brasil Central são, a meu ver, os de maior fôlego, originalidade e interesse teórico. Faço-lhes, porém, algumas ressalvas. Vejo no de Gregor uma atitude essencialmente tendenciosa quando privilegiada as atividades masculinas, dando ao leitor a impressão residual de que nada é secreto e importante no mundo feminino Mehinaku. É, como tantos outros, um trabalho sobre os homens de uma sociedade escrito por um homem com uma visão ocidental dos sexos. Além disso, Gregor acaba adotando posições generalizantes logicamente semelhantes às que repudiou no início do capítulo (p. 251).

Quanto ao trabalho de Gross, na realidade um projeto de pesquisa, o seu dualismo ecológico, uma alternativa ao dualismo estrutural adotado pelos vários "Gê-ólogos" que o precederam, talvez seja um pouco prematuro, já que nem todas as sociedades indígenas do Brasil Central exibem o padrão, por exemplo, dos xavante tradicionais, de concentração e dispersão sazonais da população. No plano terminológico, considero pouco feliz a sua escolha da apelação "Central Brazilians" para especificar as sociedades indígenas do Brasil Central. Esse termo, além de promover confusões conceituais, ignora os anseios dos povos indígenas da região, que, apesar dos obstinados esforços oficiais em torná-los "brasileiros", pela erradicação compulsória de sua indianidade, insistem com veemência crescente em manter as suas respectivas identidades étnicas.

O tema da patronagem recorre com freqüência nos estudos sobre frações da sociedade nacional. Sidney Greenfield e Diana Brown fazem dele a linha central de seus trabalhos, o primeiro sobre a estória da criação de uma determinada escolinha primária para uma determinada professorinha, mãe de família, numa determinada plaga da zona rural mineira; o segundo, sobre a participação da pequena burguesia carioca em cultos de Umbanda. Guardadas as devidas proporções de sofisticação entre os dois trabalhos (o de Brown é, sem dúvida, o mais satisfatório), ambos seguem a mesma rotina contra a qual advertem Forman e Riegelhaupt no final do volume, ao lembrar que esse tipo de abordagem tende a produzir uma certa miopia analítica, pois contribui para que se negligencie uma visão mais compreensiva e abrangente dos fenômenos estudados.

Essa mesma miopia caracteriza alguns outros trabalhos do volume. Emilio Moran trata os recentes acontecimentos da colonização da Amazônia como se fossem fatos isolados do resto do país e do mundo. Judith Shapiro descreve a situação

relativamente satisfatória dos Tapirapé como se fosse uma questão de sorte na conjunção de vários fatores não relacionados. Marvin Harris tenta explicar a guerra dos Yanomami como se não houvessem, nem outros grupos indígenas que igualmente vivem na floresta tropical, nem sociedades nacionais fechando o cerco sobre eles. Robert Shirley focaliza os aspectos “ilegais” da lei no interior do país sem se deter em questões cruciais como a distribuição de terra e de renda.

Talvez o exemplo mais marcante de uma visão parcial e impressionista esteja no trabalho de Charlotte Miller sobre parentelas da “classe média” de Belo Horizonte. Segundo ela, encontra-se aí muitas pessoas que “mantêm ideais de igualitarismo de papéis sexuais” (p. 308) e, além disso, “a noção de que a mulher deve aceder às exigências do marido está sendo substituída pelo conceito de ‘dar e receber’ e de compreensão mútua no casamento” (p. 309). Nesse artigo não há indicações de contra exemplos, nem de ideologia, nem de relações sociais que venham perturbar a harmonia conjugal e a felicidade geral das parentelas de Belo Horizonte. Tais impressões são algo surpreendentes, pois vão contra, tanto a conhecida tradição mineira de desigualdade sexual (vide o artigo de Ovídio de Abreu Filho neste volume), como as notícias ainda recentes de assassinatos de mulheres da dita “classe média” mineira por seus maridos, zelosos de sua “honra” masculina tida como ameaçada por elas e, o mais importante, apoiados por setores da opinião pública e pelos próprios jurados envolvidos nos julgamentos. Também surpreende a afirmação de Miller de que “os homens... nunca se referem a suas mulheres e filhos... como sua família” (p. 306), pelo corriqueiro que é, mesmo em Belo Horizonte, para um homem dizer-se “pai de família” (Sobre este assunto, vide o artigo de Klaas Wortmann também neste volume).

Sobre as demais contribuições pouco há a comentar. Caracterizam-se ou por sua generalidade (Robert Murphy sobre a ausência de linhagens nas terras baixas da América do Sul), ou por um esforço de reconstrução histórica (William Crocker sobre a busca de matrilinearidade entre os Canela no passado, Betty Meggers e Clifford Evans sobre os possíveis deslocamentos de aldeias Tarumã no alto Rio Essequibo há cerca de duzentos anos), ou pelo exercício da comparação a um nível microsocial (Conrad Kottak sobre utilização de recursos e estratificação social em duas comunidades pescadoras do Nordeste).

Este é, pois, mais um livro sobre o Brasil que reflete, não tanto a realidade brasileira, mas o que os seus contribuintes,

a maioria norte-americana, pensa sobre ela. Na introdução de Wagley lemos que o brasileiro, no passado envergonhado de sua nacionalidade, agora tem orgulho dela. “Hoje os brasileiros têm uma visão diferente de si. São um povo orgulhoso e altamente nacionalista; têm orgulho dos empreendimentos que realizaram nas duas ou três últimas décadas — a construção de sua nova capital em Brasília, no coração do interior; a construção da rodovia Transamazônica e o “milagre” econômico brasileiro, que foi o resultado do rápido crescimento da indústria. São também orgulhosos do “futebol” brasileiro (*soccer*) e de seu time internacional que ganhou a Copa do Mundo três vezes, da música popular brasileira, de outras manifestações do homem comum brasileiro, como o Carnaval, os cultos afro-brasileiros, a força e adaptabilidade do camponês, e assim por diante. Assim, um filme como Orfeu Negro pode passar pelo Brasil inteiro e pelo mundo, mostrando em technicolor a vida nas favelas contra o pano de fundo da bela Baía de Guanabara...” (p. 16-17).

Nesta citação percebe-se que Wagley deixou de separar duas coisas bem distintas: a ideologia popular, legítima, vinda “de baixo para cima” (o gosto pelo futebol, carnaval etc.) com a retórica governamental vinda de cima para baixo (o milagre brasileiro, a Transamazônica a construção de Brasília etc.). Enquanto a primeira tem fundamento e aceitação cultural, a segunda tem sido objeto de severas críticas por parte de consideráveis setores da sociedade brasileira e seria, portanto, incorreto confundi-la com a primeira.

Por outro lado, uma caracterização mais realista do Brasil nas últimas duas ou três décadas incluiria, não somente vitórias futebolísticas e carnavais grandiosos, mas, também, as condições de repressão cívico-política, de crescente pauperização das massas, de perda de recursos naturais e financeiros, de conflitos sobre questões agrárias, de opressão de minorias étnicas.

A insatisfação maior que advém da leitura deste volume deve-se, essencialmente, a que a maioria dos autores negligencia os aspectos que caracterizam o Brasil como um complexo país do terceiro mundo com todas as contradições a ele inerentes.